

RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.010 - SP (2017/0326153-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ALFA CANDIDO BUENO RIGATTI
ADVOGADO : SÉRGIO QUISSAK - SP131729
RECORRIDO : CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADOS : VOLTAIRE GIAVARINA MARENSI - DF012651
RODRIGO JOSÉ DE KUHL E CARVALHO - DF021156
CESAR LARA PEIXOTO - DF023512

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com arrimo na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"A recusa de entidade de previdência privada ao pagamento de benefício dá azo à demanda pelo próprio benefício, a pensão, a aposentadoria ou o complemento da aposentadoria, não à rescisão do contrato nem à repetição das contribuições, pretensões que se julgam improcedentes." (e-STJ, fl. 184)

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação aos artigos 35, *caput* e inc. III do Código de Defesa do Consumidor; e 475 do Código Civil/02. Sustenta, em síntese, que é *"plenamente possível a rescisão do contrato com a devolução das contribuições pagas ao plano, uma vez que a recorrida se negou administrativamente e judicialmente à concessão da aposentadoria"* (e-STJ, fl. 228)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, (e-STJ, fls. 205/207).

Contrarrazões apresentadas às fls. 236/243, e-STJ.

É o relatório. Decido.

Quanto à questão de fundo, o Tribunal *a quo*, ao decidir a controvérsia, entendeu pela impossibilidade da devolução das parcelas pagas pelo segurado. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

"Aposentada, a autora, nascida em 5 de maio de 1950, com sessenta e seis anos de idade hoje, celebrou com a ré em 12 de junho de 1973 contrato de pecúlio que previa contribuições mensais e direito à pensão de aposentadoria vitalícia, se se aposentasse após vinte e cinco anos de contribuição (fls. 24/43).

Dezoito anos depois, em 26 de junho de 1991, acabou por celebrar contrato de "saldamento de plano de pecúlio e/ou pensão e subscrição de pecúlio", que também previa "renda mensal diferida

vitalícia”, consistente “numa série de pagamentos mensais a serem efetuados, após o prazo do diferimento, ao participante, enquanto viver” (fls. 44/48).

Em 2016, ao indagar o valor de sua aposentadoria, a autora foi informada de que não tinha direito e que seu contrato seria de plano de seguro de vida destinado apenas a seus beneficiários (fl. 4).

Por isso, promoveu demanda por rescisão do contrato e por repetição de todas as contribuições.

Resumida assim a lide, tem-se, que a recusa de entidade de previdência privada ao pagamento de benefício dá azo à demanda pelo próprio benefício, a pensão, a aposentadoria ou o complemento da aposentadoria, não à rescisão do contrato nem à repetição das contribuições.

Repetição das contribuições não se admite, porque durante todo o tempo a autora teve cobertura tal qual o contrato, como continua tendo, apesar da negativa da ré.

Assim, eventual direito da autora consistiria na “renda mensal diferida vitalícia”, “numa série de pagamentos mensais a serem efetuados, após o prazo do diferimento, ao participante, enquanto viver”, não na rescisão dos contratos, mas no seu cumprimento, o que não se inibe com a coisa julgada que aqui se formar, em face da diversidade de eventual e novo pedido.” (e-STJ, 185/186)

Nesse contexto, o Tribunal de origem decidiu em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que *“Os planos de pecúlio não permitem a devolução das parcelas pagas diante da cobertura do risco de morte enquanto estiveram as partes vinculadas contratualmente”* (AgRg no Ag 1318122/MS, Rel. Ministro **SIDNEI BENETI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 26/11/2010).

Confira-se:

“AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES. BENEFÍCIOS DE RISCO (PENSÃO E PECÚLIO POR MORTE). IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Consoante a jurisprudência da Segunda Seção, não são passíveis de restituição os valores pagos por ex-associado a título de pecúlio por invalidez, morte ou renda por velhice, por se tratar de contrato aleatório, em que a entidade correu o risco, possuindo a avença natureza similar à de seguro e não de previdência privada.

Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.”

(AgInt no AREsp 871.405/RJ, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe**

24/11/2016, - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE PECÚLIO. EX-ASSOCIADO. RESGATE DE VALORES. INADMISSIBILIDADE. CONTRATO ALEATÓRIO. GARANTIA DO RISCO. NATUREZA DE SEGURO. PREVIDÊNCIA PRIVADA NÃO CARACTERIZADA.

1. A Segunda Seção deste Tribunal Superior pacificou o entendimento de não serem passíveis de restituição os valores pagos por ex-associado a título de pecúlio por invalidez, morte ou renda por velhice por se tratar de contrato aleatório, em que a entidade correu o risco, possuindo a avença natureza de seguro e não de previdência privada.

2. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AgRg no AREsp 426.437/PR, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/11/2014, DJe 10/11/2014, - grifou-se)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. PECÚLIO E RENDA MENSAL. MORTE, INVALIDEZ E VELHICE. RESTITUIÇÃO. RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. SÚMULAS 5, 7, 83 e 211 DO STJ.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, recurso cabível para modificar a decisão singular que negou seguimento ao recurso especial.

2. Segundo a apreciação da prova e interpretação do contrato estabelecida pelas instâncias ordinárias, o contrato aleatório celebrado entre as partes tem natureza de seguro e não de previdência privada, não prevendo a restituição das contribuições vertidas para a constituição de pecúlio por invalidez ou morte e renda por velhice, eventos que estiveram garantidos no curso do contrato. Precedentes da 2ª Seção.

3. Panorama de fato e interpretação de cláusulas contratuais insusceptíveis de revisão no âmbito do recurso especial (Súmulas 5 e 7 do STJ).

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental ao qual se nega provimento."

(EDcl no REsp 1172607/PR, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 29/05/2013 - grifou-se)

Com efeito, "a desfiliação do associado não implica a devolução dos valores por ele pagos a título de pecúlio por invalidez ou morte - tudo porque, enquanto subsistiu a relação, a instituição previdenciária correu o risco, como é próprio dos

contratos aleatórios" (EREsp 438.735/DF, Segunda Seção, Rel. Min. **ARI PARGENDLER**, DJ de 11/10/2004).

Desse modo, a solução jurídica dada à espécie, diante do panorama fático delineado, revela que a decisão recorrida firmada está em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior.

Incidência do teor da Súmula 568/STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

